



**CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO” CAMPUS III
DEPARTAMENTO GEOGRAFIA
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**Linha de Pesquisa:
Transformações econômicas e processo de urbanização**

DEANDRO SANTOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA
BANANICULTURA NO MUNICÍPIO DE BORBOREMA-PB**

GUARABIRA-PB

2014

DEANDRO SANTOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA
BANANICULTURA NO MUNÍCIPIO DE BORBOREMA-PB**

Artigo apresentada à coordenação do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba - Campus III, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Graduado em Geografia.

Orientador: Prof. Esp. Vivaldo Luis de França

GUARABIRA-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586p Silva, Deandro Santos da
Políticas públicas como fator de desenvolvimento da
bananicultura no município de Borborema-PB [manuscrito] : /
Deandro Santos Da Silva. - 2014.
28 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)
- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades,
2014.
"Orientação: Prof. Esp. Vivaldo Luis de França, Centro de
Humanidades".

1. Políticas Públicas. 2. Bananicultura. 3. Assistência
Técnica. 4. Desenvolvimento. I. Título.

21. ed. CDD 338.18

DEANDRO SANTOS DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA
BANANICULTURA NO MUNÍCIPIO DE BORBOREMA-PB**

Aprovado em 16/05/2014

BANCA EXAMINADORA

Vivaldo Luis de França

Prof. Esp. Vivaldo Luis de França
Especialista em Planejamento Urbano, Rural e Ambiental
Orientador (Convidado)

Adrienne Monique Silva Firmino

Prof(a).Esp. Adrienne Monique Silva Firmino
Especialista em Planejamento Urbano, Rural e Ambiental
Convidada

Francisco Fábio Dantas da Costa

Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa – UEPB/CH/DG
Doutor em Geografia pela UFPE
Examinador

**GUARABIRA-PB
2014**

Aos meus familiares, principalmente a minha mãe, aos meus amigos e todos àqueles que de uma forma ou de outra lutam para que as Políticas Públicas funcionem como elo entre o homem o seu desenvolvimento social e econômico, garantindo um futuro mais promissor e sustentável para todas as gerações.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao meu Deus primeiramente, por ter me permitido alcançar mais uma vitória. Obrigado Senhor!

A minha mãe pelos esforços feitos para que eu pudesse estudar e alcançar objetivos sonhados por eles.

Aos Professores Luciene Arruda e Carlos Berlarmino pela confiança em mim depositada e ao meu orientador Vivaldo Luis de França pela enorme participação na realização desse trabalho.

A todas as pessoas que de forma direta ou indireta tiveram sua participação no decorrer de toda essa trajetória. Meu muito obrigado!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	06
1.1 Contextualização.....	06
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	09
2.1 Conceituando Políticas Públicas.....	09
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	13
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	15
4.1 - Caracterização do município de Borborema.....	15
4.2 O PRONAF como Política de Crédito Rural.....	16
4.3 PNATER: ATER Pública para Os Bananicultores de Borborema.....	19
4.4 A Importância Econômica da Bananicultura para o Município de Borborema.....	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6. REFERÊNCIAS.....	26

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA BANANICULTURA NO MUNICÍPIO DE BORBOREMA-PB

DEANDRO SANTOS DA SILVA¹

RESUMO

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar estão cada vez mais presentes nas discussões acadêmicas, sobretudo, as políticas de crédito rural. Esta pesquisa enfoca as políticas de crédito rural PRONAF e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) com a finalidade de mostrar como essas políticas têm se comportado dentro do município de Borborema para a promoção econômica da bananicultura. As políticas foram trabalhadas com o conceito adotado por Eufrásio (2008) e Secchi (2010). A coleta de dados foi feita através de pesquisas bibliográficas, visitas ao local pesquisado, entrevistas com bananicultores e técnicos de ATER, assim como o preenchimento de questionários. Nota-se que a bananicultura é o principal produto agrícola do município. Apurou-se que a assistência técnica pública tem trabalhado dentro dos moldes da PNATER, entretanto não conseguiu sensibilizar os produtores para a produção agroecológica. Contudo, levou informação, formação e melhorias sociais para as comunidades, pois a pesquisa expôs que quanto maior a participação dos agricultores nos eventos promovidos pela EMATER-PB maior a chance do indivíduo melhorar sua produtividade. O estudo foi realizado na zona rural do município com amostragem de 10% dos públicos beneficiários do PRONAF e igual percentual com o grupo que não adquiriu o crédito. Os dados foram conferidos com a literatura e mostrou que a bananicultura teve participação relevante no desenvolvimento econômico do município nesses dez anos de políticas públicas para o setor.

Palavras – chave: Políticas Públicas. Bananicultura. Assistência Técnica. Desenvolvimento

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Apontada em diversos estudos como a segunda fruta mais consumida in natura do Brasil, a banana constitui-se um elemento bastante nutritivo para a complementação alimentar dos brasileiros, sobretudo por ser muito popular e está presente em aproximadamente 560 mil hectares de área cultivada no País (AGRIANUAL, 2001). Essa faixa de plantio faz do Brasil o segundo maior produtor de banana do mundo, gerando mais de 500 mil empregos diretos no campo (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 2002). Isso torna a

¹ DEANDRO SANTOS DA SILVA – Curso de Geografia – CH/UEPB.

bananicultura uma importante fonte geradora de emprego e renda no cenário econômico brasileiro.

Por se tratar de uma cultura perene e de retorno financeiro rápido, a bananicultura vem apresentando um crescimento considerável nas últimas décadas, atraindo a atenção dos agricultores cada vez mais (ALVES, 1997). Todavia, a bananicultura necessita de investimentos creditícios em novas tecnologias de produção, buscando o incremento da produtividade, a melhoria na qualidade do produto e cultivares mais resistentes a pragas e a doenças que atacam e prejudica os bananais no Brasil a fora, levando a uma perda de 40% da produção nacional a cada ano (ALVES, 1997).

Apesar de ser uma fruta originária do continente asiático, a banana se adapta facilmente em quase todo território brasileiro, podendo até ser discriminada como uma planta tipicamente do Brasil. Os plantios de banana estendem-se desde a faixa litorânea ao interior brasileiro. Com maior aceitabilidade compreendida entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, devido ao clima quente, sem prejuízo de plantios em micro climas da região Sul e em grande parte da região Sudeste. Ela é produzida em altitudes entre zero a mais de 1.000 metros, em temperaturas não inferiores a 15°C, precipitações anuais de 1.900 mm, ou seja, poderia ocupar cerca de 99% de todo o território brasileiro (ALVES, 1990).

As características tropicais do Brasil favorecem uma produção de seis milhões de toneladas do fruto anualmente, segundo a FAO 2013. Isso ratifica o argumento de segunda fruta mais consumida in natura pelos brasileiros, pois a alta produção também apadrinha o consumo. Ainda mais quando 99% da produção são comercializadas no mercado interno (IBGE, 2013). Nesse contexto, a banana insere-se no papel importantíssimo como fonte de alimentação acessível a todas as classes sociais. Além de produzir e gerar dividendos para o Brasil, contribuindo para o crescimento econômico e o desenvolvimento social dos povos do meio rural, fixando o homem do campo no campo através da geração de emprego e renda. Essas razões levaram o pesquisador entender que a bananicultura mostra-se como importante empreendimento para a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Principalmente as políticas de crédito rural e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER.

As políticas públicas voltadas para a área rural, outrora, contribuíram para o aumento da produção de alimentos e geração de emprego e renda no campo. Entretanto, o desenvolvimento rural necessita cada vez mais das políticas públicas. Essas, geralmente eram editadas para suprir as necessidades de grandes produtores rurais e isso dificultava o acesso dos agricultores familiares às políticas (XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA

AGRÁRIA, 2012). Porém, em 2006 foram criados os requisitos para caracterizar o agricultor familiar através da Lei nº 11.326/2006, o que contribuiu para o acesso a políticas públicas por essa classe de produtores rurais. O município de Borborema no Estado da Paraíba tem sua agropecuária basicamente formada por agricultores familiares. Esse público recebeu atenção do Governo na segunda metade da década de 1990, com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF (MATTEL, 2005).

Mais recentemente, com a promulgação da PNATER, a agricultura familiar recebeu um olhar mais carinhoso. A PNATER traz as diretrizes para a aplicação de uma metodologia de extensão rural mais participativa, focada na produção de forma agroecológica. A dinâmica da política é fortalecer os laços culturais entre o homem do campo e o seu habitat. Ela quebra paradigmas técnicos antigos e parte para uma forma em que a valorização do sujeito se sobrepõe ao capital, melhorando as condições sociais da população rural com assistência técnica pública e de qualidade para os agricultores familiares.

Observa-se no município de Borborema uma grande concentração de bananicultores com produção anual média de 50 mil toneladas da fruta (EMATER, 2013). Isso gera uma economia significativa para o município. Furtado (1981) afirma que a distribuição de renda e o desenvolvimento social de uma localidade passa antes pela distribuição de terras e pela produção agrícola, que deve ser acoitada pelo crédito rural subsidiado pelo Governo. A procura pelo PRONAF, no município é bastante satisfatória. Essa política financia a agricultura familiar a juros baixos. Porém ela não tem chegado a todos que a procuram com o objetivo de produzir com melhor rentabilidade. E, os por quês dessa negativa serão esmiuçados ao longo deste texto.

Assim, o objetivo deste trabalho é levantar informações sobre os impactos causados por essas políticas de no incremento da produtividade da banana e relacionar os investimentos ao desenvolvimento social e econômico do público objeto da pesquisa. O trabalho será executado utilizando o conceito de política pública, apresentado de acordo com os pensamentos de Eufrásio (2008), Paullilo (2000) e Secchi (2010). Mostrando o PRONAF como uma política governamental para combater a pobreza e as desigualdades sociais no campo, gerando divisas e promovendo o desenvolvimento econômico. Outra política de destaque neste trabalho será a PNATER, enfocada sobre a ótica dos bananicultores e dos técnicos de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural pública.

Para a busca dos resultados, procedeu-se de acordo com a metodologia enveredada por Barbosa, *et al* (2002), quando em sua pesquisa abordou o desenvolvimento rural com realce para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, enfatizando a política de

crédito nos assentamentos. As pesquisas bibliográficas e a experiência vivida pelo autor dentro do campo de pesquisa levaram à conclusão que as políticas para o setor necessitam de mais debates entre gestores e beneficiários, Já o acompanhamento técnico tem se dado de forma a priorizar o incremento e o aproveitamento de todas as políticas para o setor.

Já França (2012), diz que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar melhoraram a vida de 88% da população do Assentamento amarelinha de Cima no Município de Pilõesinhos-PB. A metodologia utilizada foi semelhante à apresentada anteriormente, porém, com o uso de entrevistas semi-estruturadas. São os métodos apresentados nas pesquisas citadas, com os quais se buscou os resultados para essa investigação. A amostragem utilizada foi de 10% dum total de 170 famílias bananicultoras que contraíram o crédito através do PRONAF. O Total de famílias foi enumerado pelo corpo técnico da EMATER local. Essa amostra foi selecionada de forma aleatória pelo pesquisador. Outras 10% de famílias as quais não captaram crédito do programa responderam às entrevistas e preencheram a formulários e questionários.

Seguindo os argumentos de Chizzotti (2008), pode-se classificar a pesquisa como quantitativa. Pois, é recorrente o uso de técnicas que leva a essa interpretação pela comunidade científica. As entrevistas, as observações e os formulários foram transformados em informações tabuladas e organizadas em gráficos, edificando os fenômenos e possibilitando a formulação de uma teoria. Essa pesquisa também traz características de investigação qualitativas por analisar opiniões transformando-as em texto, as quais poderão ser interpretadas pelos leitores (RUIZ, 2011). As informações foram confrontadas com a literatura apresentada, mensuradas e tabuladas para dar subsídios a novas pesquisas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceituando Políticas Públicas

Para muitos estudiosos torna-se quase impossível delinear sobre desenvolvimento local sem antes discorrer pelas políticas públicas. Ademais ao vincular um tema ao outro, como nesse estudo. Todavia, a conceituação de políticas públicas ainda não convergiu para um mesmo ponto, pois a maioria dos autores tem concepções diferentes do que seja uma política pública (SECHI, 2012). E, diversas respostas para simples questionamentos sobre o assunto concorrem de forma negativa para uma definição concreta e consensual para o tema. Entretanto, Sechi (2012) define política pública como um conjunto de ações direcionadas para

a resolução de um problema ou vários problemas. Para Paulillo (2000) política pública é um fluxo que deve ser tomado para o enfrentamento de um problema, e, acrescenta que ela é criada no momento em que o Estado precisa responder a uma dificuldade pública de grande alcance.

Há na literatura algumas correntes de pensamentos sobre os conceitos de políticas públicas. Os mais importantes e que valem a pena relatar são: aqueles que acreditam que uma política só é pública se demandar do Estado; outra diz que as entidades privadas também são protagonistas na criação de políticas públicas, pois atribuem o termo ao problema enfrentado, ou seja, não importa quem desenha a ação para combater um problema desde que esse problema seja público (SECHI, 2010). O assunto política pública ainda necessita de muitos debates na academia. Entretanto, esses debates têm sido cada vez mais presentes em trabalhos que tratam sobre o tema. Essas pesquisas, quase sempre, mostram que a eficácia de uma política pública tem dependido do empenho popular em suas criações e implementação (BANDEIRA, 1999). Nessa linha de pensamento encontram-se o PRONAF e a PNATER, políticas públicas que serão abordadas nesse trabalho como fator de desenvolvimento da bananicultura em Borborema-PB.

Ao ponderar sobre os conteúdos das políticas públicas em debate, o estudo reporta-se aos tipos de políticas descritos por Lowi (1964), tendo o PRONAF como uma política distributiva e a PNATER como política constitutiva (WILSON, 1983). A primeira caracteriza-se por um tipo de política que concentra benefícios a um grupo de atores e custos para a coletividade. No caso do PRONAF, os benefícios seriam os subsídios concedidos aos agricultores em financiamentos para atividades agrícolas e desenvolvimento do homem do campo. Já a PNATER assinala a constituição de regras sobre regras. São políticas que determinam competências a atores públicos (LOWI, 1985). Nesse caso, as atribuições dos órgãos de assistência técnica e as competências de cada ator público para a consecução da política. Há outros tipos de políticas públicas apresentados por outros atores, mas não é objeto deste estudo. Contudo, é de bom grado salientar que as políticas públicas enfrentam resistências para as suas criações e implementações, sobretudo as que concedem benefícios a classes de atores em detrimento de outros. Então surgem forças antagônicas à criação de uma determinada política pública. Nesse contexto, aponta-se a agricultura patronal de um lado lutando para que a política não avance, pois fortaleceria a agricultura familiar do outro lado, cujos agricultores relutam por reforma agrária, o que não é bem visto pelos patrões (EUFRÁSIO, 2008)

Depois de anos de lutas as organizações sociais conseguem uma linha de crédito especial para implementar a produção agrícola do camponês. Surge o PRONAF, e, mais tardiamente a precisão de ATER pública para agricultores familiares, ambas em formas de políticas públicas. Visto que se tornou evidente a intervenção do Estado na agricultura familiar, o que se deu através das políticas públicas que serão trabalhadas ao longo deste texto. Encontra-se no PRONAF uma ação governamental advinda das representações dos movimentos sociais do campo, que pleiteavam além de terras para camponeses o crédito subsidiado para a produção, e como resposta às pressões o Governo lançou o programa de crédito mais arrojado de todos os tempos.

O PRONAF é um programa do Governo Federal, criado com o intuito de fortalecer as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, buscando atender de forma diferenciada os produtores rurais conceituados como agricultores familiares. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010 - BACEN). A política de crédito diferenciado foi criada no ano de 1995, quando a agricultura familiar foi introduzida na agenda do Estado. Através desse programa, o crédito rural priorizou a questão social, e, harmoniosamente com o Banco Mundial direcionou os investimentos para o desenvolvimento das pequenas áreas agrícolas, principalmente as porções de terras compostas por até quatro módulos fiscais (MDA, 2010).

Manual de Crédito Rural - MCR (2013), classifica os agricultores aptos a acessar o PRONAF por grupos de beneficiários conforme quadro 1:

QUADRO 1 - Beneficiários do PRONAF por Grupo de Enquadramento

GRUPOS	PÚBLICO BENEFICIÁRIO
A	Produtores beneficiários do PNRA e do PNCF
A/C	Produtores egressos do Grupo A, do PROCERA ou do A Complementar
A Complementar	Produtores beneficiários do PNRA e do PNCF que contrataram até 01/08/2002 e/ou beneficiários do Programa de Recuperação de Assentamentos do INCRA
B	Prdutores com renda bruta anual familiar até R\$ 20.000,00
V	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 360.000,00

Fonte: Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014.

O Grupo A é composto por agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF, além dos beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal; o Grupo A/C compreende os agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado; Para o Grupo B são selecionados os agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtêm renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não contratem trabalho assalariado permanente; O Grupo C corresponde aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A.

Para enquadramento no PRONAF são excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais e dos programas sociais do Governo Federal, Municipal e Estadual (EMATER, 2013) O acesso aos créditos do PRONAF depende de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), fornecida por entidades credenciadas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Os principais órgãos emissores de DAP's são: as entidades de Ater pública (EMATER's) os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Unidade Técnica Estadual – UTE, entre outros representantes da agricultura familiar. A DAP será emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito (BANCO CENTRAL BRASIL, 2010).

O crédito do PRONAF fortalece a agricultura familiar, e, através da PNATER os produtores rurais são estimulados a plantar nos moldes da agroecologia, buscando uma agricultura sustentável e duradoura. Nessa lógica, em 2003 o governo Federal lança a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Essa política é voltada para os diversos públicos da agricultura camponesa, incluindo agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas, ribeirinhos, entre outros. Além disso, estabeleceu uma gestão social, apoiada por conselhos representativos do Governo e da sociedade. Ela tem gerado um sistema descentralizado de execução das políticas públicas, sempre com a participação social na formação de novas políticas públicas (MDA, 2012).

A participação da sociedade nas decisões que afetam a qualidade de vida dos agricultores passou a ser estratégia nas diversas esferas de Governo. É assim que a PNATER

se apresenta como uma política moderna e inovadora. Ela leva em conta a diversidade da agricultura brasileira, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as normas para os serviços públicos de ATER. Além de primar pela coerência, à democracia e a participação dos povos nos momentos de debates. Inclui as organizações governamentais e não-governamentais na prestação dos serviços de ATER, integrando vocações, conhecimentos e papéis na promoção do desenvolvimento. Ela trata, de forma orientada, as questões de gênero, geração, raça e etnia (ASBRAER, 2010).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Há de se ter bastante cuidado na descrição da metodologia dos trabalhos científicos, assim como na escolha dos métodos para a obtenção dos dados que apontarão os resultados da pesquisa. Por vezes uma única espécie de pesquisa poderá levar o autor a concluir determinado trabalho com primazia e afincado. Todavia, os variados tipos de pesquisas aglutinam-se para melhor enquadrar o roteiro de uma investigação científica. A mostrar pela pesquisa bibliográfica, que é apontada por Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), como primeiro procedimento para a realização de estudos científicos. É através da pesquisa bibliográfica que se elenca os materiais já publicados em outros trabalhos para dar suporte técnico a pesquisa que se inicia.

Esse trabalho caminhará entre diferentes tipos de pesquisas a contar pela pesquisa de opinião, pois se busca a descoberta de pontos de vistas sobre um determinado assunto. Nesse caso o PRONAF e a PNATER. O principal objetivo da pesquisa de opinião é identificar falhas e avanços através das opiniões e pontos de vista das pessoas ou público envolvido em determinado tema. Nesse contexto inserem-se os técnicos de ATER e os produtores de banana do município em debate, que serão questionados e convidados a dar opiniões e manifestar seus pontos de vistas em relação às políticas públicas para o setor. Para Ruiz (2011), esse tipo de pesquisa se encaixa perfeitamente nos moldes das pesquisas qualitativas por transformar em textos as opiniões do público sobre as variáveis de um apontado assunto. Porém, a temática também envolve os padrões da pesquisa quantitativa com dados que foram tratados de forma a fornecer números para elaboração de gráficos, tabelas e quadros para facilitar o entendimento do leitor.

As técnicas utilizadas para a obtenção das informações que conduziram aos resultados do estudo foram às entrevistas semiestruturadas, os preenchimentos dos formulários

socioeconômicos junto às famílias da amostra. Dos 170 bananicultores beneficiados pelo PRONAF, foram selecionados de forma aleatória 10% para responder aos questionamentos do pesquisador. Percentagem igual foi indicada para representar os produtores que não obtiveram crédito do PRONAF, nesse caso 25 pessoas escolhidas aleatória entre os 252 bananicultores não beneficiados pelo PRONAF.

A mediação feita junto a Secretaria de Agricultura do Município, a EMATER-PB local e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE possibilitou o alcance dos dados primários que orientaram as técnicas e as amostras escolhidas com base nos argumentos técnicos de Lauris (2009). Para ele a amostra deve ser feita de acordo com as características da população a ser pesquisada, mesclando o máximo de indivíduos para uma boa amostragem. Sendo assim, foram feitos sorteios das localidades rurais de onde saíram as amostras. Esse procedimento proporcionou um público bastante diversificado, que gerou uma amostra heterogenia de uma representação mais próxima da realidade. Dentro das comunidades selecionadas foram sorteados os indivíduos que comportam a amostra.

Os modelos de pesquisas adotados neste trabalho foram experimentados em pesquisa de França (2012), que abordou o tema em seu trabalho realizado junto às famílias de agricultores familiares em Pilõezinhos-PB. Barbosa, *et al* (2002), também questionou sobre o assunto e encontrou resultados diante das técnicas aqui utilizadas. No entanto, além das técnicas apresentadas, foram feitos levantamentos documentais e várias observações no campo de pesquisa. As incursões aos bananais sempre foram acompanhadas de técnicos da EMATER-PB, que orientaram o pesquisador sobre o andamento da cultura e as possíveis inovações tecnológicas para a produção. As interferências do pesquisador em relação aos princípios da PNATER e o plantio agroecológico permitiram uma análise da aplicabilidade da política junto aos bananicultores. As observações perpassaram os campos de plantios e auxiliaram nas tomadas de informações junto aos produtores de banana que transportam suas mercadorias para os centros comerciais em dias de feira.

A potencialização do comércio de produtos agropecuários é uma estratégia da Política Nacional de ATER com vista à geração de renda e criação de novos postos de trabalho. Por isso, tanto produtor quanto técnicos de ATER que atuam no município foram entrevistados e preencheram questionários. Esses artifícios permitiram o levantamento de informações sobre a percepção desse público em relação à PNATER. Logo, todos os dados colhidos durante os trabalhos de investigação foram mensurados, analisados e transformados em gráficos, tabelas, quadros e textos. Os procedimentos de elaboração e apontamentos dos resultados foram acertados em técnicas estatísticas e postos para a interpretação do leitor.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 - Caracterização do município de Borborema

O município de Borborema está localizado na Microrregião do Brejo Paraibano e na Mesorregião do Agreste Paraibano. Sua Área é de 26 km² representando 0.046% do Estado, 0.0017% da Região e 0.0003% de todo o território Brasileiro. A sede do município tem uma altitude aproximada de 368 metros distando 91,1062 Km da capital. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 230/PB 079/PB 067. Segundo o IBGE no ano de 2010 sua população era estimada em 5.111 habitantes.



Fonte: <http://borboremaparaiba.blogspot.com.br/>

Para a projeção da cidade foi contratado um engenheiro que planejou a cidade. O marco desse projeto se evidencia na estrutura das ruas que são todas largas e com mão e contramão, separadas por canteiros de árvores coisa vista apenas nas capitais e grandes cidades da época. A emancipação como consequência da vila que se destacava desenfreadamente, já batizada pelos nomes de Camucá, Borborema, Boa Vista e por fim Borborema. Ruas bem definidas, casas em estilo barroco, a curiosidade fica por conta de que a torre da Igreja Católica pode ser vista de qualquer ponto da cidade.

Primeira cidade brasileira a possuir uma hidroelétrica construída por alemães que moravam na região. Realiza no mês de janeiro a melhor festa de São Sebastião da região. O movimento de ocupação das terras do atual município, aconteceu em 1912, com a aquisição

de terras pelo advogado José Amâncio Ramalho. O Senhor José Amâncio Ramalho construiu um [açude](#) e a seguir uma [hidrelétrica](#) que forneceu iluminação às cidades de [Pilões](#), [Serraria](#), [Solânea](#), [Bananeiras](#) e a própria Borborema até [1962](#). Posteriormente, instalou uma despoldadeira de arroz e um feccularia. Isto deu origem à vila de Camucá, que originaria a sede do município. Em [1913](#), o trem chegou à região, ajudando a consolidar o povoamento, que se expandia graças à agricultura.

4.2 O PRONAF como Política de Crédito Rural

O PRONAF é considerado uma política de crédito agrícola bastante inovadora e atrativa para o homem do campo por seus juros baixos, carência e subsídios oferecidos. O Programa foi criado no ano de 1995, depois de vários protestos pelo Brasil, comandados por organizações que trabalham em defesa do agricultor camponês. E, o Governo, cedendo às pressões, formulou o maior programa de crédito agrícola já visto no país em benefício do pequeno agricultor. Com juros baixos e carência longa, o crédito poderia ter uma adesão superior à esperada pelos órgãos governamentais e entidades de apoio ao agricultor. Entretanto, a aplicabilidade do crédito no município de Borborema tem sido baixa se compararmos ao montante de recursos liberados todos os anos para o programa como mostra a Figura 1.

LIBERAÇÃO DE RECURSOS DO PRONAF (BILHÕES DE REAIS)
BRASIL 1995-2013

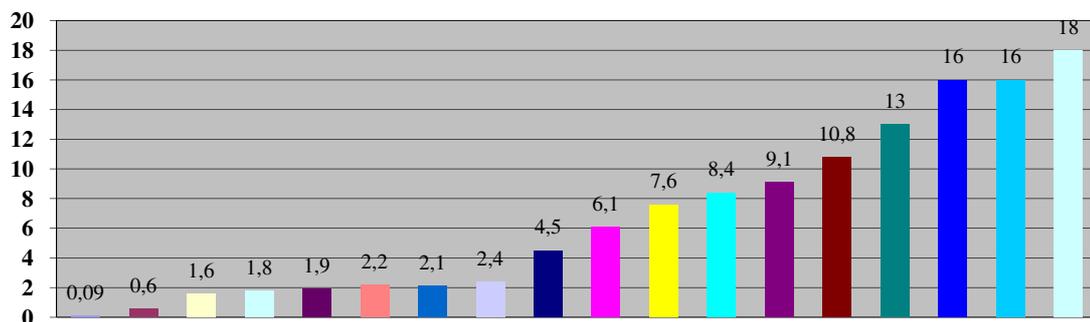


Figura 1 – Liberação de Recursos do PRONAF (Bilhões de Reais)

Fonte: Brasil/MDA: Um Novo Brasil Rural - 2003/2010; MDA - 2014

Apesar do montante liberado para investimento e custeio da agricultura familiar apresentar crescimento histórico ao longo da implementação do programa, os agricultores reclamam da burocracia bancária que tem dificultado o acesso ao crédito no município em estudo. Segundo a EMATER-PB, 2013, a prática dificultosa é percebida em outros

municípios paraibanos. Os agentes financeiros se apegam á deficiente estrutura fundiária brasileira para não financiar a agricultura familiar. Isso colabora com as afirmações de Aquino e Teixeira, (2005), que apontam o PRONAF como uma política excludente, beneficiando núcleos agrícolas dos estados do Sul e Sudeste em detrimento dos núcleos nordestinos.

O Manual de Crédito Rural 2013 diz que para fazer jus aos créditos do programa, o agricultor necessita apenas de uma Declara de Aptidão ao PRONAF – DAP, mas deixa a aprovação ou não do financiamento a cargo dos agentes financeiros. Mas, os bancos não têm demonstrado interesse em financiar a produção familiar, sobretudo no Nordeste Brasileiro. Para o programa, a DAP bastaria como prova de vínculo com a terra. Tais documentos são emitidos de acordos com as normativas do BACEN, que são editadas para cada safra para caracterizar o produtor. E, ainda que o município de Borborema apresente 424 de portadores de DAP (MDA, 2014), os investimentos do crédito não foram muito satisfatórios dentro do município como retrata a FIGURA 2.

EVOLUÇÃO DO PRONAF EM BORBOREMA-PB (MIL REAIS)

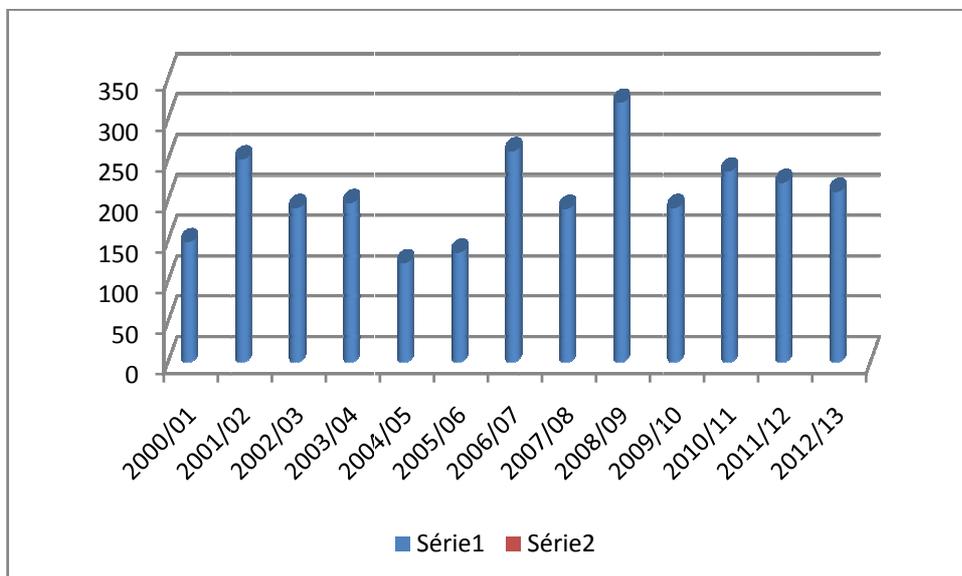


FIGURA 2 Evolução do PRONAF em Borborema-PB 1995/2013.
Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura, 2014.

A oscilação verificada na figura 2 deve-se ao fato dos investimentos em microcrédito rural que atingiram o ápice na safra 2008/2009. Mas. Ao tratar de crédito para custeio e investimentos em patamares mais elevados, os investimentos apresentaram declínio. Apesar

dos esforços das entidades de classe para facilitar o crédito, os agentes financeiros continuam pressionando os produtores por documentação de suas propriedades que fogem da realidade do município.

Os conceitos de agricultores familiares edificados pelo BACEN enquadrariam uma quantidade superior de produtores como pronafianos a que existe no município. Pois, a EMATER-PB e Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município – STR qualificaram como pronafianos um grupo de bananicultores que somam 282 agricultores, que juntos cultivam cerca de 1.600 ha de banana, produzindo uma média de 50.000 toneladas do fruto anualmente (EMATER, 2013). Do universo de agricultores apresentado, apenas 10% contraíram crédito subsidiado. Os motivos apontados pelos 90% dos que não conseguiram obter financiamento para custear ou investir na produção estão descritos na FIGURA 3.

MOTIVOS QUE DIFICULTARAM O ACESSO AO PRONAF PELOS BANANICULTORES NO MUNICÍPIO DE BORBOREMA (%)

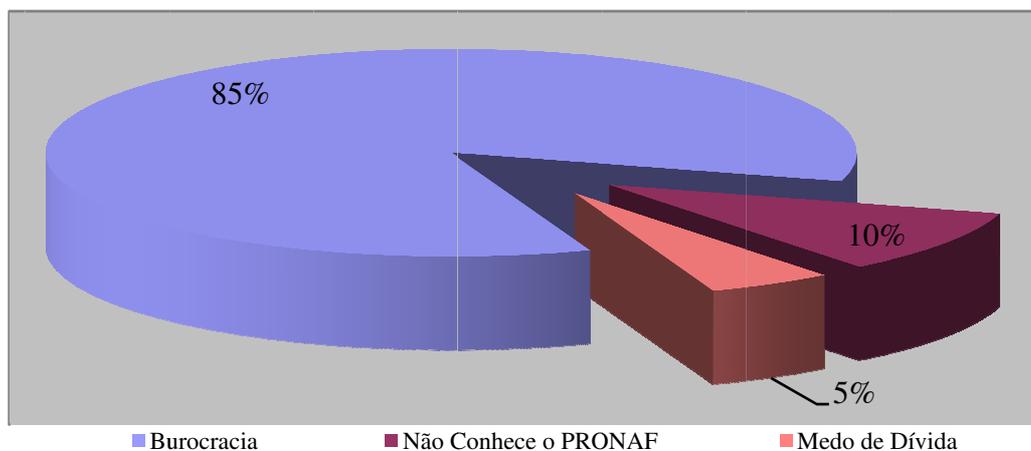


Figura 3: Motivos que Dificultaram o Acesso ao PRONAF pelos Bananicultores no Município de Borborema.

Fonte: Dados da Pesquisa do Autor/2013

A burocracia foi apontada, pelos produtores entrevistados, como principal empecilho para a aquisição de financiamento com recursos do PRONAF. Os bancos têm requerido cada vez mais documentos do imóvel rural para, assim, aprovar os financiamentos. Quando a orientação do Governo é reconhecer a propriedade rural apenas de posse de uma de uma DAP para financiamentos rurais de até R\$ 10.000 reais (Manual de Crédito Rural (2010). No entanto, os bancos exigem que as terras sejam hipotecadas para liberar os recursos, que causa embaraço na hora de o produtor requerer o crédito.

Os documentos exigidos vão desde certidões de que o imóvel é livre de ônus à escritura pública, o que culminaria em uma hipoteca da propriedade. Mas como foi dito anteriormente, a estrutura fundiária do Brasil não comporta tal realidade. Pois, quase sempre, os imóveis foram glebas de terras “doadas” por antigos proprietários de grandes extensões de terras que necessitavam de mão-de-obra no entorno de seus latifúndios. A doação informal era uma forma de manter o antigo morador sempre por perto para servir ao patrão, pois as doações eram pedaços de terras, geralmente em encostas, que dificultava a produção para o sustento familiar, tendo estes que labutar fora para garantir a alimentação para a família (PRADO JÚNIOR, 2007).

Quando questionados se o crédito poderia proporcionar melhorias à família, 100% dos entrevistados, que buscaram o PRONAF, deram resposta positiva e citaram produtores que contraíram o financiamento como exemplo exitoso. Já os técnicos de ATER afirmaram que quando o crédito é usado conforme orientação da extensão rural, os resultados são bastante animadores, pois o aumento da produtividade é visível, o respeito ao meio ambiente aumenta e o produto final trás maior qualidade e poder de venda mais elevado. Isso faz com que o produtor assistido tenha mais ganho real do que o agricultor que não consegue levar a assistência para sua propriedade. Essa não assistência é impedida devido a falta de investimento por causa dos entraves propostos pelos bancos na hora da aquisição do crédito subsidiado (CAPORAL, 1991).

Com efeito, nota-se o mal causado a esse grupo de produtor que se mantém, ainda, como dependente do grande proprietário. Pois suas terras localizam-se nos pontos mais distantes da cidade e sempre são as partes piores dos latifúndios, o que dificulta a produção e prejudica a produtividade. Nesse contexto, o Governo cria a PNATER. Essa política vem com o objetivo de contribuir para uma agricultura mais limpa e sustentável. Busca o aumento da produtividade dentro dos modelos agroecológicos, partindo do princípio que a propriedade deve ser encarada como um posto de trabalho. Para isso, apóia às estratégias de produção e a dinamização dos sistemas produtivos, capacitando o produtor para o aproveitamento total de sua localidade, a comercialização a preços justos e, sobretudo, a emancipação social do cidadão (PNATER 2003).

4.3 PNATER: ATER Pública para Os Bananicultores de Borborema

Um reforço importante para a ATER pública foi a Lei Agrícola de 1991, que trazia em seu texto a obrigatoriedade de a União manter serviços de Assistência Técnica e Extensão

Rural gratuitos para os agricultores de pequeno porte. Essa Lei representou uma grande luz para abertura de políticas agrárias e agrícolas mais consistentes e sustentáveis. Contudo, Andrade (2000) afirma que a agricultura familiar brasileira avançou para o reconhecimento como fator de desenvolvimento do Brasil no momento em que o Estado reassumiu a responsabilidade pelos serviços públicos de ATER. E, num contexto de compromisso com políticas para o desenvolvimento rural sustentável, combate à fome e inclusão social, transferiu o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA.

No ano de 2003 o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Essa política está voltada para os diversos públicos da agricultura familiar, entre eles, agricultores tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas e ribeirinhos. Além disso, estabeleceu uma gestão social, apoiada por conselhos representativos do Governo e da sociedade, que tem gerado um sistema descentralizado de execução das políticas públicas, através da participação social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE EXTENSÃO RURAL - ASBRAER, 2010). A PNATER é tida como política moderna e inovadora que leva em conta a diversidade da agricultura familiar do Brasil, os princípios e conceitos do desenvolvimento rural sustentável e estabelece as bases para um serviço de ATER coerente com a democracia e a participação dos povos.

A EMATER-PB, maior responsável pela prestação de ATER em Borborema, é muito bem orientada para desenvolver as atividades dentro das diretrizes da política em questão. A estatal tem a missão de elevar a renda dos produtores rurais, baseando-se no crescimento sustentável com respeito à questão de gênero, geração, raça e etnia, possibilitando um olhar endógeno convergindo para o mesmo ponto saberes técnicos com a sabedoria prática do produtor. Isso tem proporcionado ambientes saudáveis com segurança nutricional e perspectivas reais de melhorias sociais para os bananicultores de Borborema. Outro fator bastante trabalhado dentro dos princípios da PNATER é a emancipação social, através dos eventos coletivos e investidas individuais levadas a cada família ou grupos de famílias pela equipe técnica local, integrando vocações, conhecimentos e promovendo o associativismo dentro das comunidades rurais do município figura 4.



Figura 4 - Ações para implementar a geração de renda e promover a emancipação social
 Fonte: Deandro Santos da Silva 2013

A figura 4 ações desenvolvidas pela EMATER-PB dentro das comunidades rurais com o objetivo de alcançar os preceitos da PNATER. O aproveitamento sistemático de toda a propriedade rural no contexto de culturas consorciadas para dinamizar e aumentar a capacidade produtiva pode ser verificado no plantio da alface com a banana pacovan. Assim como atividades para ampliar o poder aquisitivo das famílias envolvidas com capacitações para o aproveitamento da polpa da banana inservível para o comércio no fabriquete de doces em compota, gerando renda para jovens e mulheres rurais. A produção artesanal com matéria prima da bananeira também aparece como fonte alternativa de dividendos para a comunidade.

Outra atividade perseguida pela extensão tem sido o Diagnóstico Rural Participativa - DRP, evento em que a comunidade é reunida para discutir a localidade como um todo. Nele faz-se uma verdadeira análise da comunidade, e, diante dos resultados, os integrantes desses grupos sociais ficam incumbidos de procurar a solução via poderes constituídos. Além de apontar os problemas e gargalos da comunidade o DRP mostra as potencialidades locais e o agricultor é estimulado a buscar outras fontes de renda existentes dentro da propriedade. O artesanato com os restos culturais da bananeira é exemplo relevante dos resultados do DRP. O diagnóstico também favorece a integração entre os agricultores e propicia a presença dos gestores dentro das comunidades rurais, além de proporcionar a emancipação política e social dos povos agrícolas.

Os dados colhidos junto a EMATER-PB e a Prefeitura Municipal de Borborema em 2014 retratam um município onde as comunidades rurais são organizadas em associações que somam 645 sócios divididos entre 12 agremiações rurais. Os bananicultores envolvidos com as associações mostraram-se mais abertos às orientações técnicas e com maior facilidade para acessar o crédito do PRONAF, sobretudo os atingidos pelos DRP's. É válido afirmar que dos 28 pronafianos, que contraíram créditos, 82% já havia participado de algum evento feito pela EMATER-PB. Já os entrevistados que não obtiveram crédito a proporção é inversa, apenas

8% disseram ter participado de algum evento da EMATER-PB. De acordo com os técnicos locais, todas as atividades são desempenhadas buscando os objetivos da PNATER, principalmente no desenvolver das potencialidades da bananicultura.

4.4 A Importância Econômica da Bananicultura para o Município de Borborema

Segundo a EMATER-PB 2014, os principais cultivares da banana plantada no município é a nanica, a prata, a nanição, a pacovan, a maçã e a inglesa. O destaque comercial é assumido pela pacovan, prata e nanica, nessa ordem. O cultivo da planta cobre cerca de 1600 hectares de terra na zona rural de Borborema. Isso representa um grande viés econômico e social para a cidade, pois tem proporcionado a geração de emprego e renda para as famílias produtoras. A bananicultura gera um emprego direto e dois indiretos para cada hectare plantado (Luiz Henrique da Silveira - Senador da República 2/9/2013 09:11:00). Nesses termos, o município em debate acompanha a média nacional em empregos gerados pelo cultivo da banana no Brasil.



Fonte; Deandro Santos da Silva -- trabalho de Campo 2013

Ao reportar-se ao tema, geração de emprego e renda, a de levar em conta que o cultivo dessa planta em Borborema é 100% propiciado pela agricultura familiar, isso faz com que a capacidade de mão-de-obra aumente para quatro indivíduos por propriedade. Pois a

pesquisa apontou famílias basicamente constituídas de pai, mãe e filhos que juntos conduzem a propriedade, tirando dela seu sustento. Eles não só vende o fruto *in natura*, como também participam de grupos de produção de artesanato e fabricação de doces para a venda no comércio local e circunvizinhança. O maior consumidor da banana que é produzida em Borborema é o estado do Rio Grande do Norte para onde são destinados 45% de toda a produção (EMATER-PB, 2014). Os outros 45% são divididos entre Guarabira, Bananeiras, Solânea, Mari, e Sapé. Já os 10% restante são consumidos pelos agricultores e familiares, comercializados dentro do município na feira livre e transformados em doces. Enquanto a fibra é separada para a produção artesanal. È por isso que a bananicultura em Borborema destaca-se como fator importante para a economia local. Figura 5.

EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EMPREGADA NO CULTIVA DA BANANA EM BORBOREMA – (UM)

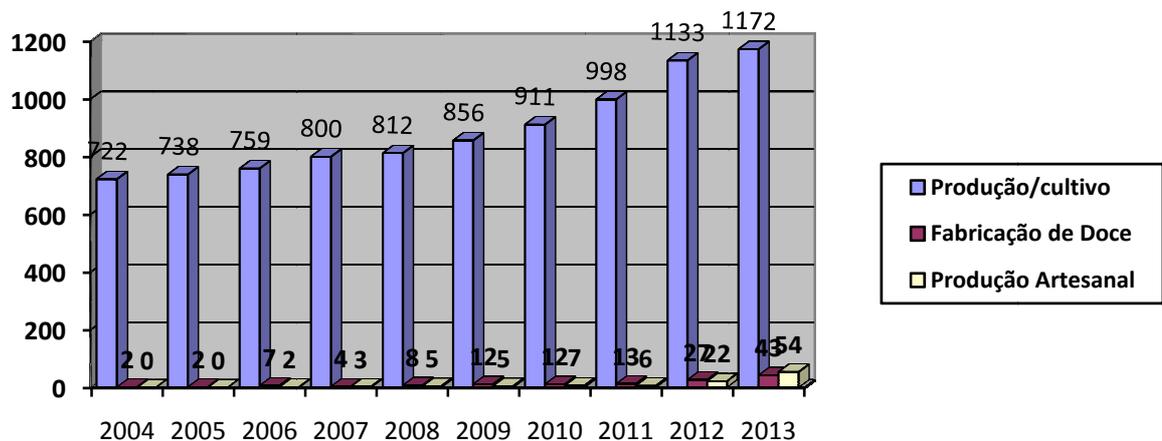


Figura 5: Mão-de-obra Empregada na Bananicultura
FONTE; EMATER

Percebe-se crescimento significativo na geração de emprego e renda advindos na produção da banana nos limites do município na última década. A mão-de-obra empregada na produção dos bananais saltou de 722 em 2004 para 1172 indivíduos em 2013. Um crescimento de 62%. A produção artesanal a partir da fibra da bananeira pulou de zero para 54 pessoas ocupadas em dez anos de criação da PNATER. Já as produtoras ocupadas na fabricação de doces de banana passaram de dois para 43 no mesmo decênio. Isso elevou a renda das famílias envolvidas que, estimuladas, aumentaram seus campos de plantio conforme a figura 6.

ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTOS DA BANANA EM BORBOREMA

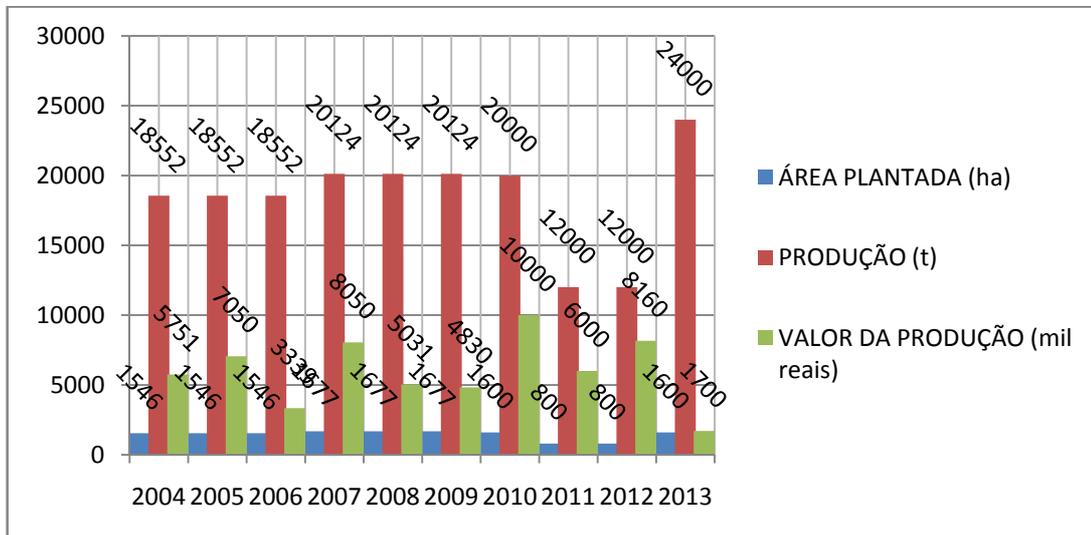


Figura 7: área plantada, produção e rendimentos da banana em Borborema

FONTE: IBGE, 2014

Apesar do crescimento da área plantada apresentar crescimento no período, nota-se uma queda na produção nos anos de 2011 e 2012, quando a cultura perdeu espaço, mas se recuperou logo em 2013, atingindo 1600 hectares plantados segundo dados da EMATER-PB 2014. A queda na produção foi causada por doenças que atacaram os bananais do município. A Sigatoka Amarela e o Mal-do-Panamá foram as que mais prejudicaram a produção. As plantações foram infectadas em 2010, gerando perdas no peso dos frutos e má formação no tamanho dos cachos. Porém, a ATER diagnosticou o mal a tempo e propôs o descarte das plantas infectadas para evitar o contaminação de plantas saudáveis.

O cultivo da banana é extremamente importante para a cidade de Borborema, pois promove o desenvolvimento econômico, social e cultural. A bananicultura é vista como uma alternativa para os pequenos agricultores obterem o seu sustento e de suas famílias através do plantio, produção artesanal e fabricação de doces da fruta que abastece não só a localidade como também tem sido bem comercializada em outros municípios da região e nos estados vizinhos. É importante salientar que o crescimento da bananicultura no município estudado foi assistido pelo crédito subsidiado do Governo Federal, as políticas de assistência técnica e os incentivos locais através da Prefeitura Municipal e as associações de produtores. Esses agentes, coligados com aptidão do município para o cultivo da banana e destreza dos

trabalhos para a produção, colocaram a banana no topo dos produtos agropecuários nos limites agrícolas de Borborema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos pela pesquisa no município de Borborema não foram diferentes de outros já apontados por trabalhos que buscaram perceber a desenvoltura das políticas públicas em determinadas áreas. Se compararmos os estudos sobre as políticas para o meio rural com as políticas de saúde, educação, assistência social entre outras, percebe-se que todas têm efeitos negativos em decorrência da má aplicabilidade. Contudo, o estudo em baila trouxe a certeza que o bom ou mau funcionamento dessas políticas na sociedade como um todo, reflete diretamente na vida de todos.

No caso apreciado notaram-se pontos positivos nas comunidades onde as políticas foram bem aplicadas pela assistência técnica. Pode-se dizer ainda que os produtores que participaram de eventos promovidos pelo EMATER, mostram-se mais propensos a adesão a novos conceitos e a enfrentar a burocracia bancária com mais altivez. Isso é provado através dos dados que mostraram que 82% dos que fizeram parte de iniciativa de ATER conseguiram o crédito rural subsidiado e proporcionaram uma produção com melhores rendimentos, além de apresentarem melhorias sociais visíveis.

É sabido que houve elevação nos índices sociais e econômicos das comunidades atingidas pelas políticas públicas, mas o acesso ao crédito ainda é baixo e os investimentos na produção poderiam ser dinamizados pela abertura mais satisfatória dos bancos. Outros fatores que contribuiriam significativamente para o desenvolvimento do município como um todo seria a captação de recursos através de políticas de fomento, como as do Projeto Cooperar entre outras políticas que financiam a agricultura familiar a fundos perdidos. A união de todas as associações em cooperativa, conforme princípios da PNATER também contribuiriam bastante para a comercialização dos produtos.

No geral, mostra-se que as políticas públicas foram essenciais para o desenvolvimento da bananicultura no município, pois houve crescimento da produção com índices significativos apesar de ataques de doenças. Provas de que as políticas deram resultados positivos são: o aumento da produtividade, o incremento nos rendimentos, o aumento da mão-de-obra feminina no aproveitamento dos subprodutos da banana e na produção artesanal, além das amostras de população emancipada e mais preocupada com o

futuro da produção e o funcionamento das organizações sociais das comunidades rurais, no sentido de participarem de novas políticas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA são políticas indicadas para novos estudos com o público em debate para apreciação dos impactos dessas ações dentro da zona rural estudada.

REFERÊNCIAS

- AGRIANUAL. Anuário da agricultura brasileira. FNP Consultoria & Comércio, 2001. 545 p.
- ALVES, Elio José. A fruticultura no Nordeste: potencialidade e inovações tecnológicas. Cruz das Almas, BA: Embrapa-CNPMF, 1990. 52p. (Embrapa-CNPMF. Documentos, 29/90).
- ALVES, Elio José., Org. A Cultura da Banana: aspectos Técnicos socioeconomicos e agroindustriais. Brasília: Embrapa-SPI/Cruz das Almas: Embrapa-CNPMF, 1997. 585p.
- ALVES, Elio José., Org. A Cultura da Banana: aspectos Técnicos socioeconomicos e agroindustriais. Brasília: Embrapa-SPI/Cruz das Almas: Embrapa-CNPMF, 1997. 585p. Capítulo II-Exigências Climáticas – Elio José Alves, Manoel de Almeida Oliveira, Jorge Luiz de Loyola Dantas, Sizernando Luiz de Oliveira.
- ANDRADE, I. A. L. PRONAF: Quando a Parceria Faz a Diferença. Natal, 2000 (Prelo)
- AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olivio Alberto. Agricultura Familiar, Crédito e mediação institucional: A experiência do PRONAF em São Miguel no Nordeste Brasileiro. Cuadernos de Desarrollo Rural (54), 2005 – PP. 61-85, UERN.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010)
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de Crédito Rural – MCR. Brasília – DF. 2013.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual de Crédito Rural – MCR. Brasília – DF. 2010.
- BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Brasília: 1999.
- BERVIAN, PEDRO A; CERVO, AMADO L; DA SIVA, ROBERTO. METODOLOGIA CIENTIFICA. SÃO PAULO-SP: PEARSON EDUCATION DO BRASIL, 2007. 61P.**
- BORBOREMA CIDADE DAS ÁGUAS, 2010 Disponível em: <http://borboremaparaiba.blogspot.com.br> > Acesso em 02 de Março de 2014.
- BRASIL, Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006 – Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 11 de nov. 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais / Antonio Chizzotti. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Borborema, estado da Paraíba/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior, Franklin de Moraes, Vanildo Almeida Mendes, Jorge Luiz Fortunato de Miranda. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

EMATER-PB – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba: Unidade Operativa de Borborema. 2013.

EUFRASIO, Marcelo Alves Pereira. In: _____ **Práticas de Políticas Públicas: uma perspectiva interdisciplinar**. Campina Grande: EDUEP, 2008. Cap. 1, p. 19-70.

Food and Agriculture Organization – FAO. Disponível em: <http://www.fao.org.br>. Acesso em: 10 nov 2013.

FRANÇA, Vivaldo Luis de. Políticas públicas e desenvolvimento: o caso do assentamento rural amarelinha de Cima no Município de Pilõesinhos / Vivaldo Luis de França. – Guarabira: UEPB, 2012. Monografia (Especialização em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental) – Universidade Estadual da Paraíba. “Orientação Professor Ms. Ernesto Alexandre Tacconi Neto”.

FURTADO, Celso. O Brasil pós-milagre / Celso Furtado. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos brasileiros; v. 54)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 ago 2013.

LAURIS, José R. P. Cálculo da Amostra: 2ª Reunião de Pesquisa Científica em Saúde Bucal Coletiva. 20 a 22 de maio de 2009. USP. São Paulo-SP. Disponível em: http://www.fop.unicamp.br/reuniao/downloads/3dia_Lauris_Calculo_Amostra.pdf: Acesso em 19 de nov de 2013.

LOWI, T. J. American Business, public policy, case studies, and political theory. World Politics. V. 16. nº 4. P. 677-715. 1964.

LOWI, T. J. The State in politics: the relation between policy and administration. In: NOLL, R. G. (Org.) Regulatory policu and the Social Sciences. Berkeley: University of California Press. 1985. P. 67-105.

MATTEL, Lauro. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Série Estudos: 11, Brasília, 2005, 136 p.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 2012. Disponível em: www.agricultura.gov.br < Acesso em 23 de fev de 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: Brasília DF. 25/05/2004.

OLIVEIRA, Sizernando Luis de. (Chefe Geral da Embrapa Mandioca e Fruticultura) 1997.

PAULILLO, Luiz Fernando. Redes de Poder e Territórios Produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX ; Luiz Fernando Paulillo. – São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000. 200p.

Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014: Transformando Vidas. Plantando o Futuro. MDA, 2014. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>: Acesso em 19 de jan de 2014.

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Agricultura Familiar – SAF. Grupo de Trabalho de Ater. Brasília – DF. 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio, 1907 - 1990. A questão agrária no Brasil. Apresentação por José Eli da Veiga. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007

RUIZ, João Álvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. -6. Ed. – 5. Reimp. – São Paulo: Atlas, 2011.

SECCHI, Leonardo, Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos/Leonardo Secchi.- São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SILVEIRA DA, Luiz Henrique - Senador da República: Discurso no Plenário do Senado Federal em 2/9/2013 às 09:11:00.

TACCONI NETO, Ernesto Alexandre. Fatores que afetam a competitividade na produção de hortaliças orgânicas no Estado do Rio Grande do Norte / Ernesto Alexandre Tacconi Neto. – Natal, RN, 2006. 89 f. Dissertação de Mestrado.

WILSON, J. Q. American government: Institutions and policies. Lexington MA, DC: Heath & Co., 1983.

XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: “Territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-MG, 15 a 19 de outubro de 2012.